

HABEAS CORPUS Nº 534.929 - SP (2019/0284277-4)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : IVO BELINATO DE FREITAS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : IVO BELINATO DE FREITAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. COMUTAÇÃO. CÔMPUTO DE PENA JÁ EXTINTA. IMPOSSIBILIDADE. ANÁLISE DA EXECUÇÃO PENAL. INVIABILIDADE NA VIA ELEITA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE.

Writ não conhecido

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado, em benefício próprio, por **Ivo Belinato de Freitas**, em que se aponta como autoridade coatora a Sexta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, que negou provimento ao Agravo em Execução Penal n. 9000992-85.2019.8.26.0050, mantendo a decisão que indeferiu o pedido de comutação de penas do Decreto Presidencial n. 8.173/2013.

O paciente afirma, em suma, que sofre constrangimento ilegal, pois preencheu todos os requisitos do decreto.

Informações prestadas (fls. 23/52).

Devidamente intimada, a Defensoria Pública de São Paulo manifestou-se requerendo que, em caso de não concessão da ordem de ofício, seja *a presente petição seja encaminhada ao juízo de execuções penais de São Paulo/SP, responsável pela execução penal do paciente para análise do seu processo, e para tomada de eventuais providências, e benefícios, com vista à Defensoria Pública local* (fl. 56).

Parecer do Ministério Público Federal opinado pelo encaminhamento da ordem *à Defensoria Pública local para tomada de providências em favor do sentenciado, conforme pede o Defensor Público do Estado de São Paulo* (fls. 61/62).

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

De pronto, pelo que consta dos autos, não verifiquei qualquer ilegalidade a ser sanada, posto que o acórdão ora impugnado está de acordo com a jurisprudência desta Corte no sentido de que *a comutação incide sobre as execuções em curso no momento da edição do decreto presidencial, não sendo possível considerar na base de cálculo do benefício as penas já extintas em decorrência do integral cumprimento. Precedentes desta Corte* (AgRg no HC n. 519.296/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 8/10/2019).

Ademais, como afirma a Defensoria Pública de São Paulo, *a análise sobre execução penal, cálculo de penas e concessão de comutação exige a consulta pormenorizada do processo execucional do paciente, situação que não é possível de ser feita nesses autos* (fl. 56).

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Intime-se a Defensoria Pública estadual para que proceda como entender de direito perante a instância adequada.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator